

## **A IMPORTÂNCIA DAS ATITUDES SOCIAIS FAVORÁVEIS À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

**Thelma Helena Costa Chahini**

As atitudes sociais são predisposições a comportamentos em determinadas situações, derivadas de valores internalizados durante o processo de desenvolvimento de cada pessoa. As atitudes não são observadas diretamente, mas sim inferidas. Representam nossos gostos e desgostos, nossas afinidades e aversões por determinadas situações. Desempenham funções específicas para cada pessoa, servindo como ajuda à formação de ideias mais estáveis da realidade e servem de base para situações sociais importantes (RODRIGUES, 1973). Para Rodrigues (2009) atitude social é uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social definido, que dispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a esse objeto.

Ainda segundo o autor, quando não se gosta de pessoas pertencentes a um determinado grupo, necessariamente há uma série de pensamentos relativos a tal grupo e, ao se encontrar um membro desse grupo, manifesta-se, por meio de ações específicas, a falta de simpatia. Os elementos (afeto, cognição e comportamento) influenciam-se mutuamente, pois, há uma tendência a fazer com que esses elementos sejam coerentes, isto é, ao ser contra algo, há uma cognição acerca desse algo que justifica ou explica o sentimento negativo e, por consequência, há uma tendência em se comportar de forma hostil em relação a tal objeto.

Durante as relações interpessoais surgem manifestações de vários fenômenos psicológicos como os afetos e desafetos, dentre os quais, as formações de atitudes, estereótipos, preconceitos, cooperação, competição etc. (RODRIGUES, 2007). Ainda em relação ao assunto, as pessoas com preconceitos contra determinados grupos só veem neles manifestações que se coadunam com sua visão preconceituosa e passam por cima de tudo o que contradiz tal visão (RODRIGUES, 2009).

A esse respeito, Buscaglia (2006) pontua que os sentimentos da maioria das pessoas pelos indivíduos com deficiência afloram expectativas preconcebidas em relação ao comportamento do deficiente. O autor afirma que essas atitudes podem imputar limitações nos potenciais destas, mesmo quando a deficiência não o fizer, visto que a natureza pessoal das percepções tende a ver o que as pessoas querem ver, a ouvir o que desejam ouvir. Ainda de acordo com o autor, é possível que nossa percepção pouco ou nada tenha a ver com a realidade da pessoa deficiente diante de nós.

A identidade pessoal e social são estruturadas nas relações interpessoais e, quando solidamente construídas, asseguram a cada pessoa a condição de ser social, que ao mesmo tempo é singular e único, condição essa, essencial para a integridade psicossocial de cada cidadão, mas “na medida em que a pessoa perde os principais quadros de referência social, o resultado pode ser um grande prejuízo no seu autoconceito e autoestima” (OMOTE, 2001, p. 159). Em suma, as pessoas tendem a adotar, em suas aprendizagens, atitudes semelhantes aos modelos que receberam.

Tanto a pessoa que nasce com deficiência, quanto a que a adquire posteriormente, serão menos limitadas pela própria deficiência do que pela atitude da sociedade em relação a ela, pois é a sociedade que na maioria das vezes define a deficiência como algo incapacitante e as pessoas com deficiência sofrem as consequências dessa definição (BUSCAGLIA, 2006). Para o referido autor é a sociedade quem cria os incapazes.

Acredita-se, assim como Omote (1990), que se faz necessário estudar as suposições e crenças das pessoas que reconhecem outras como deficientes e, por isso, tratam-nas de modo distintivo, pois “o processo de julgamento e interpretação que as pessoas comuns fazem das deficiências e das características dos deficientes deve ser incluído no estudo das deficiências como parte integrante e crucial do fenômeno” (OMOTE, 1990, p. 168). Neste cenário, o autor esclarece que os usuários desses conhecimentos podem não estar suficientemente conscientes das inúmeras e complexas influências que suas percepções em relação às deficiências sofrem em função de suas histórias passadas, dos seus modos de inserção na sociedade e das relações com as pessoas com deficiência.

Para Omote (2004) há muitas questões para as quais se necessita de respostas cientificamente fundamentadas e não mais de argumentos de retórica impecável. O autor ressalta ainda que é hora, portanto, de se proceder a uma rigorosa avaliação para que se dimensione com precisão a travessia que precisa ser feita entre a intenção e a realidade da inclusão educacional.

Nesse sentido, Sade e Chacon (2008) relembram que as barreiras atitudinais tanto no passado quanto no presente, impediram e ainda impedem as pessoas com deficiência de exercer seus direitos de cidadãos na sociedade.

Acredita-se, assim como Omote (1990), que se faz necessário estudar as suposições e crenças das pessoas que reconhecem outras como deficientes e, por isso, tratam-nas de modo distintivo, pois “o processo de julgamento e interpretação que as pessoas comuns fazem das deficiências e das características dos deficientes deve ser incluído no estudo das deficiências como parte integrante e crucial do fenômeno” (OMOTE, 1990, p. 168). Neste cenário, o autor esclarece que os usuários desses conhecimentos podem não estar suficientemente conscientes das inúmeras e complexas influências que suas percepções em relação às deficiências sofrem em função de suas histórias passadas, dos seus modos de inserção na sociedade e das relações com as pessoas com deficiência.

Frente a essas circunstâncias, Oliveira (2006) enfatiza que uma das dificuldades para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas instituições de ensino é a superação de determinados saberes, imaginários e representações sobre essas pessoas, demarcadas por visões de mundo estigmatizadas e materializadas em práticas sociais e educacionais de discriminação e de exclusão. Para a autora, as representações sociais, assim como o imaginário, têm caráter coletivo e são constituídas por conceitos, imagens e percepções compartilhadas por várias pessoas e socializadas para as novas gerações através da família, das instituições de ensino e de diversos grupos sociais.

Oliveira ressalta ainda que para se compreender a questão das diferenças predeterminadas pela sociedade, precisa-se analisá-las no contexto do universo simbólico dos imaginários e das representações sociais, considerando que as referidas representações se materializam em atitudes de discriminação e práticas de exclusão. De acordo com a autora, as instituições

de ensino reproduzem representações sociais estigmatizadas de pessoas consideradas “diferentes”, contribuindo para a exclusão de todos os que não se enquadram nos referenciais culturais preestabelecidos.

Nesse sentido, Omote (1990/1991) afirma que a rotulação a que a pessoa com deficiência recebe de outras pessoas não se atém apenas a uma caracterização da pessoa rotulada, mas denota em igual medida os atributos da pessoa que aplica o rótulo. Significa dizer que, na percepção interpessoal, quem percebe algo “não apreende pura e simplesmente as características do percebido, mas faz também atribuições, de tal sorte que o percepto formado a respeito do percebido retrata, em alguma extensão, também o percebedor” (OMOTE, 1994, p. 70).

Ainda segundo Omote (2004b), os mesmos atributos ou comportamentos podem, assim, receber interpretações e tratamentos bastante díspares em diferentes circunstâncias. Nesse caso, as atitudes sociais à inclusão podem ser favoráveis ou não e vão depender da deficiência, do professor e do contexto.

Faz-se importante ressaltar que o entendimento das deficiências não depende essencialmente das limitações apresentadas pelas pessoas, mas das relações interpessoais e sociais que perpetuam os estigmas e os desvios. Esse ciclo pode ser rompido, visto que existe uma luta das pessoas com deficiência para melhorar suas imagens, bem como a imagem que a sociedade tem sobre elas (SUSMAN, 1994).

Diante dessa questão Pires (2006a) entende que uma prática social de inclusão supõe o abandono definitivo de práticas e relações sociais discriminatórias, inscrito num profundo processo de mudanças atitudinais de uns em relação aos outros. Ainda de acordo com o autor, no campo do pensamento científico, desfaz-se o estereótipo a partir do momento em que provas científicas o desmentem. E ao se fixar em tais estereótipos está se adotando uma atitude preconceituosa, pois no campo do comportamento cotidiano, os juízos de valor do indivíduo vão deixando de enxergar toda sorte de mudanças, e assim, por comodismo ou puro conformismo, como numa obediência às próprias crenças do que considera certo ou errado, seguem fiel às suas práticas preconceituosas. Pires ressalta, no entanto, que à medida que

os estereótipos vão sendo desfeitos pela ciência, ou pela experiência dos indivíduos, as possibilidades de redução de preconceitos vão acontecendo.

Em relação a essa questão, cabe à universidade construir e socializar conhecimentos a respeito da deficiência, proporcionando ao meio acadêmico reflexões a respeito das práticas docentes, das teorias mediadas, bem como das metodologias utilizadas, visando à formação de futuros profissionais que não rotulem, nem excluam a pessoa com deficiência em categorias diagnósticas. A deficiência deixa uma marca no corpo. Um corpo que, muito além da marca, é ocupado por um ser desejante, que tem sentimentos e possibilidades (BLASCO, 2008).

## REFERÊNCIAS

BLASCO, Enriqueta Graciela. Los estudiantes universitarios y su percepción de la discapacidad. In: PANTANO, Liliana (Comp.). **Enfoque social de la discapacidad**. Buenos Aires: EDUCA, 2008. p. 153-181.

BUSCAGLIA, Leo F. **Os deficientes e seus pais**: um desafio ao aconselhamento. Rio de Janeiro: Record, 2006.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Saberes, imaginários e representações sobre pessoas que apresentam necessidades especiais no cotidiano escolar. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et al (Org.). **Inclusão**: compartilhando saberes. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 97-105.

OMOTE, Sadao. **Estereótipos a respeito de pessoas deficientes**. São Paulo: Didática, 1990

OMOTE, Sadao. Reconhecimento de estereótipos a respeito de pessoas deficientes. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 139-147, 1990/1991.

OMOTE, Sadao. Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 1, n. 2, p. 65-73, 1994.

OMOTE, Sadao. A concepção de deficiência e a formação do profissional em educação especial. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M.; TANAKA, E. D. (Org.). **Perspectivas multidisciplinares em educação especial II**. Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 45-52.

OMOTE, Sadao. Estigma no tempo da inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 10, n. 3, p. 287-308, 2004b.

OMOTE, Sadao (Org.). **Inclusão**: intenção e realidade. Marília: Fundepe Editora, 2004a.

PIRES, José. Por uma ética da inclusão. In: MARTINS, L. de A. R. et al. **Inclusão**: compartilhando saberes. Petrópolis: Vozes, 2006 p. 29-53.

RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia social para principiantes**: estudo da interação humana. Petrópolis: Vozes, 2007.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia Social**. 27. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2009.

SADE, Rossana Maria S.; CHACON, Miguel Claudio M. Os meandros familiares, escolares e sociais da construção da identidade do deficiente. In: OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; OMOTE, Sadao; GIROTO, Claudia Regina Mosca (Org.). **Inclusão escolar**: as contribuições da educação especial. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe Editora, 2008. p. 93-107.

SUSMAN, Joan. Disability, stigma and deviance. **Social Science and Medicine**, v. 38, n. 1, p. 15-22, 1994.